

Parlamentares têm dúvidas sobre uso de destaques para o 2º turno

Da Sucursal de Brasília

DVS. Três letras que em princípio estão banidas das votações para o segundo turno do Congresso constituente circularam ontem como uma dúvida no Plenário pró-Participação Popular na Constituinte, reunido no auditório Petrônio Portela, do Senado. DVS quer dizer destaque para votação em separado, e permite a alteração de partes do texto já aprovado. A dúvida no plenário é se esse recurso, que possibilitaria uma chance de mudar o capítulo da reforma agrária, pode ou não ser usado no segundo turno.

Reunido desde quinta-feira, com encerramento das discussões marcado para hoje, o Plenário pró-Participação Popular está fazendo uma avaliação do texto constitucional aprovado até agora e estudando as estratégias para o segundo turno. Segundo a coordenação do encontro, mais de 600 pessoas de várias partes do país participam do debate. O tema central é como manter no segundo turno os artigos que o Centrão pretende suprimir.

O deputado Néelson Jobim (PMDB-RS) fez uma interpretação do regimento do Congresso constituente, segundo a qual o DVS só poderia ser utilizado no primeiro turno. O ex-deputado e professor de Direito Constitucional, João Gilberto, porém, manifestou dúvidas quanto a isso e disse, em entrevista, que pode haver interpretações diferentes por parte

da mesa diretora. Para o plenário, que reúne parlamentares, sindicalistas e movimentos de esquerda, essa definição é importante, pois define a estratégia de pressão desses grupos na próxima fase da Constituinte.

Se prevalecer a tese de que só podem ser apresentadas emendas supressivas, o Centrão e os grupos conservadores que se articulam ao seu redor é que terão de reunir 280 votos em plenário para eliminar cada ponto que desejam ver retirado do texto. Para a esquerda, esta é uma situação mais cômoda. Se for possível utilizar o DVS a situação se inverte. A apresentação de um DVS requer apenas 87 assinaturas. Pedido um DVS sobre um determinado ponto do texto, esse ponto só será mantido se tiver 280 votos.

Na avaliação de João Gilberto, o DVS só seria útil para as esquerdas no capítulo da reforma agrária. "O restante do texto aprovado, embora não contemple todas as reivindicações populares, é preferível que seja mantido como está", disse ele. "O problema no plenário pró-participação é que não é justo dizer para os companheiros dos sindicatos rurais que eles devem abrir mão do DVS, a reforma agrária é tudo para eles", ponderou o ex-deputado.

O risco para as esquerdas com a manutenção do DVS é que ele pode servir para modificar, ou mesmo suprimir, muitos artigos considerados "progressistas" com apenas 87 assinaturas. (Ricardo Amaral)